

voca o acirramento das oposições existentes no País entre Estado e Igreja. Ambos, em última análise, disputam a hegemonia do processo de controle ideológico a nível da sociedade civil. Os primeiros sinais concretos desta disputa, em que vêm a baila te- mas como o direito de educar, competência para educar, etc., a parecem em Minas Gerais, no momento da implantação da Reforma do Ensino Primário e Normal. E se intensifica após trinta, quando no jogo das disputas pelo poder político, católicos e liberais se lançam na luta pela conquista da hegemonia no processo de socialização das novas gerações. (*)

Finalmente, merece destaque, entre os movimentos modernizantes desse período, o da luta pela democratização da escola e pela melhoria de nossas instituições educacionais, desencadeado pelas classes médias, em sua tentativa de conquista de um espaço político. Essa luta encontra ressonância nas frações modernizantes da classe no poder, que vêm na escola um instrumento capaz de auxiliá-la no processo de incorporação das classes dominadas ao projeto de desenvolvimento que desejam imprimir ao Brasil.

A partir da década de dez, o problema da educação popular passa a ocupar um lugar de destaque na política do País. Objeto de discussão no fim do Império e no início da República, esse tema havia sido descartado no momento em que a aristocracia rural assumiu o poder.

Sua retomada se deve, em grande parte, à onda de nacionalismo gerada, pela I Guerra Mundial, no País. Era preciso na-

(*) Para melhor compreender, a nível da nação, o significado das lutas entre católicos e os grupos modernizantes, no sentido de conquistar o controle sobre a educação, recomendamos a leitura da obra: Ideologia e Educação Brasileira - Católicos e Liberais, de Carlos Roberto Jamil Cury.

cionalizar o Brasil, ameaçado em sua ordem interna pela "forma-ção de estrangeiros" no sul do País, e nos grandes centros pela infiltração de anarquistas estrangeiros. A criação de uma vasta rede de ensino primário é vista então como o instrumento adequado à consecução desse objetivo. A campanha pela divulgação da escola elementar adquire, então, o caráter de combate ao estrangeirismo. Apela também para o sentimento nacionalista do povo brasileiro, na medida em que chama a atenção para a necessidade de se recuperar a imagem do País no exterior, comprometida pela divulgação de uma pesquisa realizada nos E.E.U.U., que aponta o Brasil como o País de maior taxa de analfabetismo em todo o mundo.

O analfabetismo adquire então o caráter de uma enorme chaga, que nos impede de pertencer ao grupo das nações cultas e desenvolvidas. Isto fica muito nítido nos Estatutos da Liga da Defesa Nacional, fundada em 1915, com o objetivo de preservação do espírito nacional. Para os membros da Liga, é necessário combater o anarquismo, os comícios e as greves provocadas no País por elementos estrangeiros. A educação e o serviço militar obrigatório são as medidas mais adequadas ao combate. Também advogam estas idéias os membros da "Liga Brasileira Contra o Analfabetismo" que se caracteriza como "um movimento vigoroso e tenaz contra a ignorância, visando a estabilidade e a grandeza das instituições republicanas". Segundo seus Estatutos, "o fim da associação é combater o analfabetismo no Brasil, se esforçar para que possa a Nação Brasileira, ao comemorar o 1º centenário de sua independência, proclamar livres do analfabetismo suas cidades e vilas".

Obviamente, os grupos que defendiam a necessidade de escolas para o combate ao estrangeirismo, mais especifi-